

**Bruxelas, 19 de Outubro de 2001
(OR. fr)**

**SN 4296/2/01
REV 2**

**DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO OU DE GOVERNO
DA UNIÃO EUROPEIA
E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO**

**SEGUIMENTO DOS ATENTADOS DE 11 DE SETEMBRO
E LUTA CONTRA O TERRORISMO**

O Conselho Europeu exprime novamente e sem equívoco o seu inteiro apoio à acção empreendida contra o terrorismo sob todos os seus aspectos no quadro definido pelas Nações Unidas e reafirma a sua total solidariedade com os Estados Unidos.

1. O Conselho Europeu tomou conhecimento do relatório do Presidente do Conselho (Assuntos Gerais) e afirma que atribui especial importância à informação, à consulta e à coordenação com os Estados Unidos.

O Conselho Europeu reitera o seu mais firme apoio às operações militares que tiveram início em 7 de Outubro e que são legítimas nos termos da Carta das Nações Unidas e da Resolução 1368 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Constata que estas acções, que têm um alvo preciso, estão na linha das conclusões do Conselho Europeu extraordinário realizado em 21 de Setembro passado. Os parceiros continuarão a fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que sejam poupadas as populações civis.

O Conselho Europeu está determinado a combater o terrorismo sob todas as suas formas e em todo o mundo. No Afeganistão, o objectivo continua a ser a eliminação da organização terrorista Al Qaeda, que está na origem dos atentados de 11 de Setembro e cujos dirigentes não foram entregues pelo regime dos talibã. É necessário fomentar desde já, sob a égide das Nações Unidas, a emergência de um governo estável, legítimo e representativo do conjunto da população afegã, que respeite os direitos humanos e desenvolva boas relações com todos os países vizinhos. Assim que esse objectivo seja alcançado, a União Europeia lançar-se-á, com a comunidade internacional, num vasto e ambicioso programa, tanto político como humanitário, de ajuda à reconstrução do Afeganistão, tendo em vista a estabilização da região. A Presidência, juntamente com o Alto Representante e a Comissão, prosseguirá os contactos com todos os países da região a fim de os associar a esta acção.

O Conselho Europeu prosseguirá os seus esforços para reforçar a coligação da comunidade internacional com vista a lutar contra o terrorismo sob todos os seus aspectos.

2. O Conselho Europeu examinou a implementação do Plano de Acção contra o Terrorismo. Foram já iniciadas ao abrigo deste Plano 79 acções, que se sucedem a bom ritmo e já produziram os primeiros resultados. Sem perder de vista o conjunto destas acções, o Conselho Europeu solicita ao Conselho que se concentre, em especial, em quatro pontos que se devem tornar operacionais o mais rapidamente possível:
 - a aprovação, no Conselho (Justiça e Assuntos Internos) dos próximos dias 6 e 7 de Dezembro, com base nos progressos já realizados, das modalidades concretas do mandado de captura europeu, da definição comum da incriminação por actividades terroristas e do congelamento de bens. O Conselho Europeu reafirma a sua determinação em suprimir o princípio da dupla incriminação para uma vasta gama de factos, em especial delitos terroristas, que dão lugar a um pedido de entrega directa;
 - o reforço da cooperação entre os serviços operacionais encarregados da luta contra o terrorismo: Europol, Eurojust, serviços de informações, serviços de polícia e autoridades judiciárias. Essa cooperação deve nomeadamente permitir a elaboração, até ao fim do ano, de uma lista das organizações terroristas;

- a luta efectiva contra o financiamento do terrorismo, através da aprovação formal da directiva relativa ao branqueamento de capitais e da ratificação acelerada, por todos os Estados-Membros, da Convenção das Nações Unidas para a Repressão do Financiamento do Terrorismo. Além disso, os compromissos assumidos no GAFI, cujo mandato deverá ser alargado, devem ser traduzidos em instrumentos regulamentares antes do final do ano;
 - a aprovação, sem demora, das propostas da Comissão em matéria de segurança aérea.
3. A ajuda humanitária ao Afeganistão e aos países limítrofes constitui uma prioridade absoluta. A União Europeia e os Estados-Membros, juntamente com outros doadores, mobilizarão toda a ajuda humanitária necessária para fazer face às necessidades da população e dos refugiados afegãos. A União inscreve os seus esforços no quadro das Nações Unidas, do CICV e das outras organizações humanitárias. A União manifesta o seu apreço pela proposta da Federação da Rússia de cooperar estreitamente no encaminhamento da ajuda.

O Conselho Europeu examinou o impacto económico e financeiro da crise afegã nos países vizinhos que acolhem refugiados. O acolhimento dos refugiados nesses países não pode ser senão temporário, já que o objectivo é o seu regresso ao Afeganistão logo que a crise tenha sido resolvida. A União Europeia fará tudo o que estiver ao seu alcance para atenuar as consequências negativas para esses países no plano económico, financeiro e humanitário. Em conformidade com as conclusões do Conselho (Assuntos Gerais) de 17 de Outubro de 2001, a União intensificará as suas relações com os países da região.

4. Neste mesmo contexto, o Conselho Europeu analisou também as propostas concretas de cooperação que as autoridades americanas formularam na sequência do encontro de 27 de Setembro entre o Presidente do Conselho Europeu e o Presidente dos Estados Unidos. Já se deu início à análise técnica destas propostas, que são desde já objecto de debates entre as autoridades americanas e a Tróica operacional em Washington. A maioria destas propostas já está coberta pelo plano de acção da União Europeia. Por outro lado, a União está pronta a colaborar com os Estados Unidos em iniciativas recíprocas como:

- a facilitação do auxílio judiciário mútuo entre as autoridades competentes dos Estados Unidos e dos Estados-Membros, bem como da extradição em caso de terrorismo, em conformidade com as normas constitucionais dos Estados-Membros;
 - a intensificação dos esforços comuns em matéria de não-proliferação e de controlo da exportação, tanto para as armas como para as substâncias químicas, bacteriológicas e nucleares susceptíveis de serem utilizadas para fins terroristas;
 - o reforço da nossa cooperação no sentido de garantir a segurança dos passaportes e dos vistos, bem como na luta contra os documentos falsos.
5. O Conselho Europeu analisou as ameaças de utilização de meios biológicos e químicos nos actos terroristas, que exigem respostas adaptadas, tanto por parte de cada um dos Estados-Membros como da União Europeia, no seu todo. Não foi detectado na Europa nenhum atentado desse tipo. As autoridades manterão uma vigilância acrescida e a cooperação entre os serviços de informações, de polícia, de protecção civil e de saúde será reforçada.

Paralelamente às medidas já adoptadas, o Conselho Europeu solicita ao Conselho e à Comissão que elaborem um programa destinado a melhorar a cooperação entre os Estados-Membros em matéria de avaliação de riscos, de alerta e de intervenção, de armazenamento de meios, e ainda no domínio da investigação. Este programa deverá centrar-se simultaneamente na detecção e identificação dos agentes infecciosos e tóxicos e na prevenção e tratamento das agressões químicas ou biológicas. A designação de um coordenador europeu para acções de protecção civil fará parte do programa.

Os Estados-Membros reagirão com firmeza contra os irresponsáveis que aproveitam o clima actual para lançar falsos alertas, nomeadamente através da aplicação de pesadas sanções penais contra estas infracções.

6. O Conselho Europeu sublinha a absoluta necessidade de se relançar, sem condições prévias, o processo de paz no Médio Oriente. As Resoluções 242 e 338 devem continuar a ser o ponto de partida para uma solução política, baseada na criação de um Estado palestino e no direito de Israel a viver em paz e em segurança. Essa solução passará necessariamente pela cessação da violência e pelo reconhecimento do princípio de dois Estados. A Presidência do Conselho Europeu está mandatada para, com o Alto Representante e a Comissão, visitar os países directamente envolvidos, a fim de ponderar quais os meios que permitirão à União favorecer o relançamento desse processo. A União dará especial importância ao relançamento da actividade económica e dos investimentos nos territórios palestinianos.
7. A União Europeia intensificará os seus esforços noutras regiões do mundo para promover um sistema mundial equitativo de segurança, prosperidade, democracia e desenvolvimento. Haverá que restabelecer o direito nas zonas de não-direito. O regresso da estabilidade aos Balcãs continuará a ser uma prioridade evidente para a União Europeia.
8. Para evitar a amálgama entre o terrorismo e o mundo árabe e muçulmano, o Conselho Europeu considera indispensável promover o diálogo em pé de igualdade entre as nossas civilizações, nomeadamente no quadro do processo de Barcelona, mas igualmente através de uma política activa de intercâmbio cultural. A União convida os responsáveis nos Estados-Membros a conferir ao diálogo entre as culturas uma prioridade concreta, tanto no plano internacional como dentro das suas próprias sociedades.

**Bruxelas, 19 de Outubro de 2001
(OR. fr)**

**SN 4298/2/01
REV 2**

**DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA UNIÃO EUROPEIA
E DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA**

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA

O Conselho Europeu analisou a situação económica na sequência dos atentados de 11 de Setembro, tendo registado que os mesmos levaram a uma acentuação da desaceleração económica. Expressou, no entanto, confiança em que as sólidas bases económicas da União e a consolidação orçamental já alcançada contribuam para garantir que o impacto seja limitado e temporário. Confirmou o seu empenhamento no Pacto de Estabilidade e Crescimento e na aceleração do processo de Lisboa para aumentar o potencial de crescimento da Europa a longo prazo.

Tomou nota do relatório da Comissão onde se avalia o impacto dos ataques de 11 de Setembro e da análise das respostas políticas adequadas à luz da evolução económica. É importante sublinhar que as perspectivas continuam a ser positivas e que não haverá desvios em relação à estratégia de política económica da UE. O Conselho Europeu registou também que a continuação da melhoria das perspectivas em matéria de inflação e a manutenção da moderação salarial proporcionariam uma certa margem de manobra no que respeita à política monetária.

Atendendo a este firme compromisso, o Conselho Europeu convida os Estados-Membros a estudarem acções adequadas e, à luz das recomendações da Comissão, a atribuir especial importância

- aos efeitos positivos das reformas fiscais, algumas das quais foram já adoptadas, sobre a economia europeia;
- ao reforço da confiança e do investimento privado e, sempre que necessário, ao investimento em infra-estruturas públicas, apoiando assim o potencial de crescimento da economia;
- à necessidade de permitir que os estabilizadores automáticos desempenhem o seu papel, em conformidade com o Pacto de Estabilidade e Crescimento;
- à aceleração da implementação de esforços de reajustamento estrutural nos mercados de trabalho, produtos e serviços e no mercado financeiro. O Conselho Europeu de Barcelona fará um balanço dos progressos registados neste domínio e dará o novo impulso necessário;
- ao desenvolvimento de esforços activos tendentes ao lançamento das negociações no âmbito da OMC. A actual incerteza económica significa que a liberalização do comércio, baseada num sistema multilateral assente em normas e associada a uma dimensão de desenvolvimento real, é mais importante que nunca, tanto do ponto de vista económico como do ponto de vista político.

O Conselho Europeu reafirma o empenho da União na estratégia de Lisboa e solicita ao Conselho que acelere os trabalhos relativos à sua implementação.

O Conselho Europeu incentiva a intenção do BEI de acelerar o seu contributo através da concessão de empréstimos, particularmente a projectos de infra-estruturas, bem como de apoiar a economia baseada no conhecimento e de contribuir para a promoção do investimento a longo prazo.

**Bruxelas, 19 de Outubro de 2001
(Orig. fr)**

**SN 4299/2/01
REV 2**

**DECLARAÇÃO DOS CHEFES DE ESTADO OU DE GOVERNO
DA UNIÃO EUROPEIA E
DO PRESIDENTE DA COMISSÃO EUROPEIA**

PREPARAÇÃO DA INTRODUÇÃO DO EURO

O Conselho Europeu tomou conhecimento do último relatório de avaliação da Comissão sobre os preparativos para a introdução das notas e moedas em euros, que lhe foi apresentado pelo Ministro Didier Reynders, Presidente do Conselho "Ecofin", pelo Comissário Pedro Solbes Mira e pelo Presidente do Banco Central Europeu, Wim Duisenberg.

A introdução do euro reveste-se de importância histórica. O cidadão beneficiará, na sua vida quotidiana, de um resultado concreto e tangível da integração europeia, o que contribuirá para reforçar a visibilidade e a proximidade da Europa.

O Conselho Europeu registou com satisfação que:

- as administrações nacionais finalizaram já praticamente os seus preparativos;
- o dispositivo previsto para a distribuição prévia aos bancos e aos estabelecimentos de comércio a retalho na zona Euro se encontra instalado;
- foram tomadas as medidas necessárias para a segurança, o transporte e o armazenamento das notas e moedas;
- as campanhas de informação dos Estados-Membros, do Eurosistema e da Comissão estão a intensificar-se, prestando-se especial atenção aos estratos populacionais mais frágeis;
- foi já instaurado o dispositivo para a distribuição de notas ao sector bancário fora da zona

Euro.

O Conselho Europeu não quer deixar de exprimir o seu agradecimento aos operadores económicos privados, nomeadamente aos bancos e estabelecimentos comerciais , pelos esforços que têm desenvolvido no âmbito da preparação da passagem para o euro fiduciário.

O Conselho Europeu saúda a criação de uma rede de informação rápida sobre a transição para o euro fiduciário. Essa rede, que será instalada pelos Estados-Membros em colaboração com a Comissão Europeia, o Banco Central Europeu e o Eurossistema, começará a funcionar no princípio de Dezembro de 2001.

O Conselho Europeu congratula-se também com a definição, pela Comissão, de quarenta boas práticas para assegurar o êxito da introdução do euro e ponderará cuidadosamente a sua implementação em função das circunstâncias a nível nacional.

O Conselho Europeu solicita aos Estados-Membros, ao Conselho "Ecofin", à Comissão Europeia e ao Banco Central Europeu que consagrem especial atenção às seguintes questões:

- estado de preparação das administrações locais. Nomeadamente, haverá que acelerar os trabalhos de transição para o euro nas autarquias de menor dimensão;
- esforço suplementar que deverá ser empreendido para a preparação das pequenas e médias empresas (menos de 50 pessoas);
- os agentes económicos assumiram compromissos no sentido da estabilidade dos preços e estamos confiantes em que assumam as suas responsabilidades. Os eventuais abusos neste domínio serão denunciados;
- melhoria do funcionamento dos sistemas de pagamentos transfronteiras e, nomeadamente, redução do seu custo. O Conselho Europeu convida o Conselho ECOFIN a adoptar, antes do Conselho Europeu de Laeken, um regulamento baseado na proposta da Comissão que vise alinhar as tarifas desses pagamentos pelas tarifas nacionais.